

# Da trajetória escolar à profissão docente: a formação de uma aluna-professora (São Paulo, 1917-1924)

*From School Trajectory to the Teaching Profession: The School Education of a Student-Teacher (São Paulo, 1917-1924)*

Wiara Rosa Alcântara\*

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar parte da trajetória, mais especificamente, a formação escolar de uma aluna que se torna professora. Descendente de italianos, Botyra Camorim morou e estudou no bairro operário do Brás, em São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX. De um lado, a proposta é compreender, por meio da história de um sujeito, de um itinerário particular, a organização do sistema de ensino paulista dentro do modelo ideal republicano de escola nas primeiras décadas do século XX. De outro, pretende-se evidenciar os desafios enfrentados por esse mesmo sujeito para trilhar os percursos que lhe são impostos. Como resultado, observa-se que o mito do sucesso escolar, sinônimo de boas notas no boletim, não tem correspondência direta com a escolha da profissão docente.

Palavras-chave: História vivida; Formação docente; Trajetória escolar.

## ABSTRACT

This article aims to analyze part of the trajectory, more specifically, the school education of a student who becomes a teacher. Daughter of an Italian immigrant, Botyra Camorim lived and studied in the working-class neighborhood of Brás, in São Paulo, in the first two decades of the 20th century. On the one hand, the purpose is to understand, through a human background, of a specific route, the organization of the paulista educational system inside a school republican ideal model during the first decades of the 20th. century. On the other hand, it is wanted to highlight the challenges found by that same individual to follow the ways that are imposed on his or her life. As a result, it is observed that the myth of school success as a synonym of good grades on a report does not have any kind of direct correspondence with the teacher career choice. That is, not all those who want to be a teacher had a school trajectory considered successful.

Keywords: Lived History; Teacher Training; School Trajectory.

\* Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, São Paulo, Brasil. [wrr.alcantara@unifesp.br](mailto:wrr.alcantara@unifesp.br) <<https://orcid.org/0000-0003-0752-8257>>

Botyra Camorim, professora primária, que dedicou a sua mocidade às lides do magistério e se aposentou em 1959, acaba de publicar, com o título de “Uma vida no magistério”, interessante livro de reminiscências sobre as lutas e os problemas que enfrentou durante a sua carreira [...] Através de suas páginas, o leitor tomará conhecimento da árdua missão do professor primário que, nas mais remotas regiões, enfrenta a resistência do meio e, ao mesmo tempo, impõe os princípios educacionais, sem provocar conflitos e conquistando a amizade das populações humildes. “Uma vida no magistério” é valioso depoimento, que merece ser conhecido por todos os professores. D. Botyra Camorim, que reside em Mogi das Cruzes, à rua Navajas, 43, aceitará encomendas de sua interessante obra, pois a edição é própria e, por certo conta ela com a boa vontade dos colegas, para a distribuição de seu atraente livro. “Uma vida no magistério” é mais uma contribuição do professorado ao mundo das letras. A essa professora, sempre dedicada ao ensinamento de seus alunos, apresentamos os nossos cumprimentos pela sua realização, que é exemplo do esforço do professorado primário de nosso Estado (Lisboa, 1962, p. 34).

Em 1962, Luiz Horta Lisboa divulga na Revista do Professor, do Centro do Professorado Paulista (CPP), a publicação da autobiografia *Uma vida no magistério*, da professora paulista Botyra Camorim. Nessa obra, Botyra narra sua trajetória de vida da festa de formatura na Escola Normal do Brás a sua aposentaria como diretora do Instituto de Educação, em Mogi das Cruzes, cidade próxima a São Paulo.

Contudo, este trabalho aborda um momento anterior da trajetória de Botyra. Investigo a trajetória escolar de Botyra Camorim, uma aluna descendente de italianos, que se tornou professora primária em São Paulo, na primeira metade do século XX. Nascida em 3 de março de 1910 na cidade de São Paulo, era filha do italiano Felício Camuri e da carioca Hermínia Villaça. Botyra viveu a infância e juventude no bairro operário do Brás, onde também se deu toda sua formação escolar, de 1917 até 1928, quando se diplomou professora primária na Escola Normal do Brás.

Embora a temática da formação de professores já tenha merecido a aten-

ção de inúmeros pesquisadores, no Brasil e fora dele (Catani; Bueno; Sousa; Souza, 1997; Lugli; Vicentini, 2009; Mercado, 2002; Nóvoa, 1991; 1992; Josso, 2002), não há muitos estudos, sob uma perspectiva histórica, dedicados à formação discente daqueles e daquelas que se tornam docentes. Diana Vidal (2006a) põe em questão três dimensões da cultura profissional docente na elaboração da *experiência* do magistério: as condições materiais de trabalho, a convivência com a comunidade escolar e a instituição formadora. É precisamente sobre este último elemento, a instituição formadora, que me debruço. Aqui, não considero que a formação se limita ao curso normal, ao estudo de disciplinas e às vivências de práticas específicas voltadas ao magistério. O destaque é dado às primeiras *experiências* escolares no Curso Primário da Escola Modelo anexa à Escola Normal do Brás e na Escola Complementar.

Para tanto, foi fundamental o conceito de *experiência* tal como Thompson (1981, p. 189) o concebe — constituída na intersecção entre o plano das ideias e dos sentimentos.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

Na interação com os alunos, a professora, de forma mais ou menos consciente, aciona suas experiências como aluna, seja na representação que constrói sobre ser aluno, ser bom ou mau aluno, sobre a relação dos pais com a escola, sobre sucesso e fracasso escolar, seja na maior ou menor afetividade que desenvolve com os alunos, ou nas expectativas de respeito esperado da comunidade escolar, dentre outros. Desse modo, pode-se afirmar que a experiência discente é um dos elementos que compõem a elaboração da experiência docente.

Quando trata do ciclo de vida profissional dos professores, Huberman (1992) estabelece como primeira fase da carreira a entrada na escola. Todavia, se tomarmos como referência não apenas a carreira, é razoável entender que a experiência discente é componente importante da formação docente.

Por que partir de um itinerário individual? Sob a perspectiva da micro-história, entende-se que a identidade de uma coletividade, de uma profissão,

ou de uma classe não pode ser considerada evidente independentemente das trajetórias e da experiência social dos membros que a compõem (Revel, 1998). Para estudar de que maneira os detalhes de um percurso individual, “aqueles retalhos de experiência” (Revel, 1998) dão acesso a lógicas que são sociais, é necessário “levar a sério migalhas de informação” distribuídas em fontes diversas. A partir delas, produzem-se inteligibilidades acerca de “uma vida que só conhecemos por fragmentos e que só adquire sentido por sua inserção numa série de contextos de referências descontínuos” (REVEL, 1998, p. 37). Com isso, a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social, porque “o problema não é opor e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise, da escala de observação” (Revel, 1998, p. 37).

Já a noção de trajetória não possui, aqui, a conotação de uma linha que se desenvolve num mesmo e único sentido, mas de “trilhas” heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes (De Certeau, 2003, p. 97). Portanto, a ideia de trajetória tem aqui o caráter “indeterminado” que De Certeau lhe atribui. Ainda que seja “um gráfico que toma o lugar de uma operação”, tem o potencial de apontar para os possíveis da construção de modos de ser aluna.

A trajetória de Botyra chama a atenção por ter ela realizado toda a escolarização dentro do modelo ideal republicano de escola das primeiras décadas do século XX: “Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios” (Carvalho, 2000, p. 226). Esse modelo ideal estava intrinsecamente ligado aos Grupos Escolares, criados pela Lei n. 169 de 7 de agosto de 1893 como solução aos inúmeros problemas no sistema de ensino paulista.

Investigar as características das escolas onde a aluna estudou é um procedimento para compreensão dos saberes e práticas da professora Botyra Camorim, por pelo menos duas razões: seu itinerário se insere nas possibilidades de escolarização da mulher e de formação para o magistério na década 1920; e, neste texto, trabalha-se com a hipótese de que, não somente a passagem pela escola normal, mas também pelas demais escolas, é fundamental na constituição do saber-fazer docente.

Para tanto, lancei mão de fontes oficiais, como a legislação e anuários do

ensino; documentos escolares e autobiografias de professoras que relatam suas experiências discentes. Ciente dos diferentes estatutos das fontes, entendo que o confronto entre elas é fértil para o propósito de problematizar a trajetória discente de Botyra Camorim.

Desse modo, para compreender a formação discente daquelas que se tornariam professoras primárias em São Paulo, na primeira metade do século XX, proponho a organização do presente artigo em dois momentos. No primeiro, busco circunscrever as características da Escola Modelo anexa à Escola Normal do Brás, onde se deu a formação de Botyra Camorim. No segundo momento, destaco a trajetória escolar da aluna tentando evidenciar as disciplinas que faziam parte do currículo, os modos de avaliação e atribuição de notas, bem como as etapas que deveriam ser concluídas antes do ingresso na Escola Normal.

#### A ESCOLA MODELO ANEXA À ESCOLA NORMAL DO BRÁS

No ano de 1917, aos 7 anos de idade, Botyra Camorim ingressa no 1º ano do Curso Primário da Escola Modelo anexa à Escola Normal do Brás. É importante entender que tipo de escola era essa e qual população a frequentava. Segundo Souza (1998, p. 40),

[...] a Escola-Modelo preconizada por Caetano de Campos era mais que simples escola de prática de ensino, ela deveria ser a instituição modelar, o paradigma de escola primária a ser seguido pelas demais escolas públicas do Estado. Além da organização pedagógica com base no método intuitivo, ela trazia o germe da concepção da escola graduada.

Os apontamentos de Souza (1998) a respeito das escolas modelos, ainda que referentes a um período anterior (1880-1910) ao que aqui se estuda, elucidam pelo menos os objetivos para os quais foram criadas e estruturadas: a “Escola-Modelo incorporou o duplo sentido de seu caráter modelar: constituiu o modelo a ser seguido pelos alunos da Escola Normal e o paradigma a partir do qual deveriam se organizar e pautarem-se todas as escolas preliminares do Estado” (Souza, 1998, p. 49).

Segundo a autora, o Grupo Modelo ou a Escola Modelo, anexa à Escola Normal, deveria funcionar como lócus de experimentação e formação técnica

dos professores, mas principalmente como centro de irradiação dos novos métodos e organização da escola primária. As escolas modelares foram “escolas preliminares privilegiadas em termos de professores (escolhidos entre os melhores alunos da Escola Normal), das condições físicas dos edifícios escolares e quanto à dotação de materiais didáticos” (Souza, 1998, p. 49).

Quanto às condições físicas dos edifícios, Souza (1998) afirma que a escola graduada pressupunha não apenas um edifício de grandes dimensões para abrigar várias salas de aula, mas também outros espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas: gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas de trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio. Contudo, somente algumas escolas-modelo foram dotadas com todos esses espaços específicos.

Tal modelo, difundido nas primeiras décadas do século XX estava, ou pelo menos deveria estar, umbilicalmente ligado ao Grupo Escolar, “instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida” (Carvalho, 2000, p. 226). Para Carvalho (2000), é da conjugação do Grupo Modelo e do “método intuitivo” que resulta o modelo escolar paulista. O que não implica a ausência de representações e propostas concorrentes de ensino e aprendizagem escolares, em meio às quais “foram-se redesenhando os contornos da escola primária (e de sua cultura)”, conforme salienta Diana Vidal (2006b).

Sem dúvida, foi na cultura escolar que os Grupos, bem como os modelos pedagógicos disseminados no período, causaram os maiores impactos. Se antes eram instaladas na casa do professor ou em prédios inadequados, as novas escolas foram construídas sob o primado da monumentalidade, destacando-se na paisagem urbana.

Nessa mesma linha, a organização de uma estrutura modelar repousava também na reunião de todos os graus de ensino num mesmo prédio. Era o caso da escola aqui estudada, pois, de acordo com o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1918, os estabelecimentos anexos à Escola Normal do Braz nesse ano, eram: a) o Grupo Escolar Modelo com 341 alunos e 361 alunas; b) o Curso Complementar com 95 alunas; e c) a Escola Isolada Modelo com 31 alunos e 61 alunas.

O Terceiro Grupo Escolar do Brás foi instalado em 11 de agosto de 1898

para abrigar a seção feminina do Primeiro Grupo Escolar do Brás devido ao grande número de matrículas, neste último.

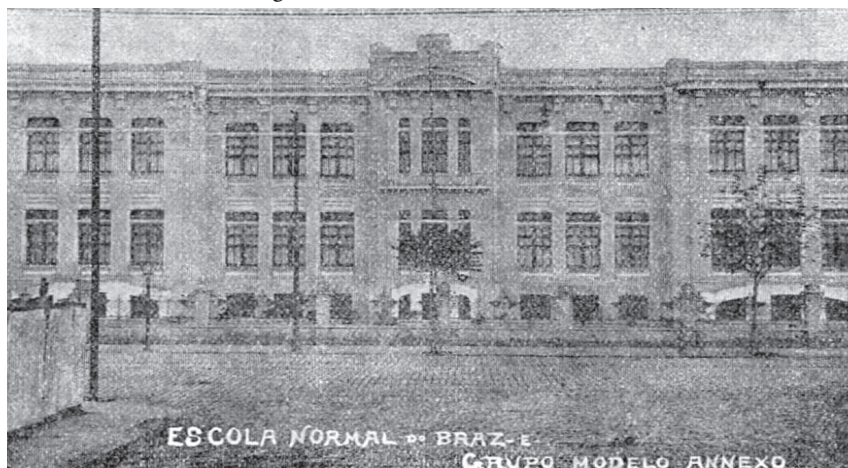
Figura 1 – Terceiro Grupo Escolar do Brás



Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1908), p. 145.

O primeiro Anuário do Ensino (1907-1908) expõe as vantagens do modelo escolar graduado, mas para tornar mais visível a nova organização da escola paulista, apresenta também fotos dos Grupos Escolares criados. No entanto, pela fotografia acima, o Grupo parecia não obedecer ao primado da monumentalidade como se pretendia no período. Em 1913, ele foi anexado à Escola Normal do Brás como Grupo Modelo do Brás, funcionando num só período, conforme a Lei n. 2.408 de 29 de julho de 1913. Se o anuário de 1907-1908 apresenta a foto do Terceiro Grupo, o anuário de 1913 apresenta o Grupo Modelo já funcionando no mesmo prédio da Escola Normal.

Figura 2 – Escola Normal do Brás



Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1913, p. 36.

Pode-se cogitar duas hipóteses para essa anexação, além da proximidade geográfica. A primeira, é que, no período, fazia parte do entendimento de Escola Normal a conjugação de estabelecimentos anexos, onde as normalistas pudessem observar e praticar o ensino. Além disso, o Terceiro Grupo funcionava em prédio alugado, ou seja, não foi devidamente construído segundo o padrão de funcionamento idealizado para os Grupos Escolares. Talvez porque foi criado para atender a uma crescente demanda de matrícula, que o Primeiro Grupo, Romão Puigarri, não mais comportava.

Se os Anuários do Ensino contêm estatísticas e indicadores gerais sobre os números da educação primária paulista, o “Livro de Matrícula do Grupo Modelo de 1919” oferece dados sobre as configurações daquela escola específica. No *Livro* constam as informações requeridas para a matrícula, quais sejam: o nome completo da aluna, data de nascimento, naturalidade, filiação, profissão do pai, endereço, época de inscrição e ano do curso. Ao lado dessas, ainda constavam observações sobre a aprovação, eliminação da aluna e o país de origem. De um lado, essa fonte permite saber a organização do Curso Primário naquele ano. De outro, aponta para a constituição da *experiência* discente de Botyra Camorim, a qual reverbera na atuação dela como docente.

Tabela 1 – Organização do Curso Primário do Grupo Modelo em 1919

Ano escolar	Alunas matriculadas
1º ano A	43 alunas
1º ano B	43 alunas
2º ano	52 alunas
3º ano A	49 alunas
3º ano B	48 alunas
4º ano A	49 alunas
4º ano B	45 alunas
Total	319 alunas

Fonte: Elaboração da autora a partir do *Livro*.

Além das alunas inscritas no dia regular da matrícula (1 de fevereiro de 1919), mais outras trinta foram se inscrevendo ao longo do ano. Ainda que o objetivo seja apontar as características do público atendido pela escola, o funcionamento e a organização da escola, conforme aparecem nos documentos escolares, também podem trazer elementos para enriquecer a análise.

#### CONFIGURAÇÃO DO CORPO DISCENTE DO GRUPO MODELO

O corpo discente do Grupo Modelo anexo à Escola Normal do Brás, tomando como exemplo o 3º ano B do Curso Primário, no qual Botyra foi matriculada em 1919, tinha as seguintes características:

a) Quanto à idade:

A maioria das alunas tinha entre dez e doze anos de idade, sendo:

Tabela 2 – Faixa etária das alunas

Ano de nascimento	Idade da aluna	Total na classe
1903	16 anos	1 aluna
1905	14 anos	5 alunas
1906	13 anos	7 alunas
1907	12 anos	17 alunas
1908	11 anos	16 alunas
1909	10 anos	12 alunas
1910	9 anos	3 alunas

Fonte: Elaboração da autora a partir do *Livro*.

Portanto, considerando que essa é uma lista da classe de 3º ano, pode-se afirmar que, ao ingressar no 1º ano do Grupo Modelo, grande parte das alunas poderiam ter entre oito e dez anos de idade, ou seja, dentro da idade escolar fixada no anuário de 1918, como “idade ideal” (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 7). Botyra também se encontrava nesse padrão, pois ingressou na escola aos 7 anos de idade.

b) Quanto à naturalidade:

Constata-se que a maior parte das alunas nasceu na capital paulista, seguida de alunas nascidas no interior de São Paulo, porém, os pais de ambos os grupos, em sua maioria, eram estrangeiros, com preponderância de italianos e portugueses.

Tabela 3 – Naturalidade das alunas

<b>Local de nascimento da aluna</b>
São Paulo – 47
Interior do Estado – 8
Outros países – 2
Não identificado – 1

Fonte: Elaboração da autora a partir do *Livro*.

Tabela 4 – Origem familiar das alunas

<b>Origem familiar</b>
Brasil – 15
Itália – 27
Portugal – 11
Não identificado – 2
Espanha – 3

Fonte: Elaboração da autora a partir do *Livro*.

Ao observar a quantidade de filhos de imigrantes que frequentavam a escola paulista, Oscar Thompson afirma: “A massa, pois, de filhos de estrangeiros, que se educam nos grupos escolares, é notável, sendo de desejar que o

elemento nacional da nossa população siga tão bello exemplo” (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 10). Entre esses filhos de imigrantes estava Botyra Camorim.

c) Quanto à profissão dos pais:

Tabela 5 – Profissão dos pais das alunas

<b>Profissão dos pais</b>	<b>Quantidade</b>
Operário	4
Escriturário	5
Light	3
Advogado	1
Farmacêutico	2
Negociante	15
Sapateiro	1
Alfaiate	1
Açougueiro	3
Funcionário público	3
Confeiteiro	1
Professora	1
Mecânico	1
Construtor	2
Corretor	2
Maquinista	2
Industrial	1
Despachante	1
Guardador de livros	1
Não identificado	8

Fonte: Elaboração da autora a partir do *Livro*.

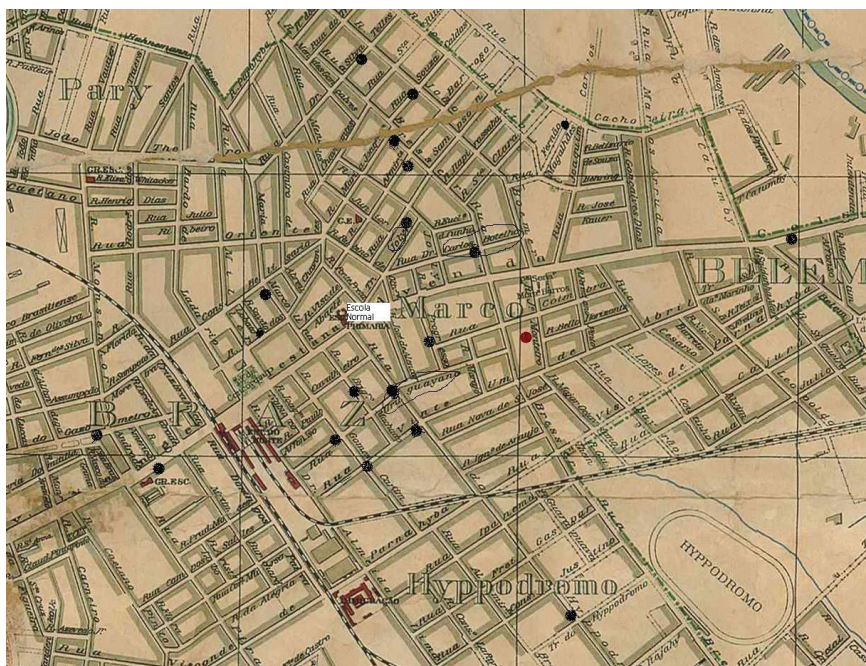
Observando a tabela, percebe-se que, no ano de 1919, as profissões preponderantes eram as de operários e de autônomos que se identificavam como negociantes, sem especificar o trabalho exercido. Pode-se também incluir nesse

último grupo os profissionais que tinham seus próprios negócios, como os açougueiros, sapateiros, alfaiates, farmacêuticos e confeiteiros.

d) Quanto à residência:

Pode-se observar que as alunas matriculadas no 3º ano B do Grupo Modelo residiam nas proximidades da escola, de modo que um maior número de alunas se concentrava nas ruas Uruguaiana, 21 de abril, na Avenida Rangel Pestana (3), na rua Progresso, Hipódromo, na Avenida Celso Garcia (4) e na rua Bresser (6).

Figura 3 – Mapa do Bairro do Brás de 1916



Fonte: Planta da Cidade de São Paulo Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Coleção Fundo João Baptista de Campos Aguirra. Coleção Museu Paulista, 1916

Obs.: Mapa do Bairro do Brás de 1916, um ano antes de Botyra ingressar no Grupo Modelo anexo à Escola Normal do Brás. No Centro, pode-se ver a Escola Normal. As esferas pretas marcam a localização das ruas onde residiam as alunas do Grupo, conforme Livro de Matrícula de 1919. A esfera vermelha indica a localização aproximada da residência de Botyra Camorim.

O mapa evidencia que, sobretudo naquela circunstância em que o transporte público era incipiente, a existência da escola na proximidade da residência dos alunos era uma condição primordial para o acesso à educação e para a diminuição dos números do analfabetismo. Assim, os dados minuciosos quanto à matrícula e frequência dos alunos paulistas explicam-se pelo fato de que um dos objetivos do Anuário de Ensino era mostrar a expansão da escolarização no Estado, a qual aparece bem detalhada na publicação de 1918.

Em 1918, o Grupo Modelo do Braz contava com 14 classes e recebeu a matrícula de 592 alunos. Diferente do ano anterior, o número de alunas (361) superou o número de alunos (341). O significativo crescimento da população escolar no bairro do Brás fica ainda mais evidente quando se somam as matrículas dos três grupos ali existentes. O Primeiro Grupo Escolar do Brás recebeu 1.489 matrículas e continha 42 classes e o Segundo Grupo recebeu 711 matrículas de alunos distribuídos em 18 classes. Acrescentando os alunos do Grupo Modelo, totalizavam 2.792 crianças estudando no bairro. Oscar Thompson, como membro da Liga Nacionalista, manifesta sua preocupação com o crescimento do número de filhos de imigrantes nas escolas públicas.

Nesse período, “a alfabetização aparece como ‘a questão nacional por excelência’, pois o imigrante de quem os republicanos históricos haviam esperado o aprimoramento da raça brasileira passa a ser visto como ameaça ao caráter nacional” (Carvalho, 2000, p. 227). No Anuário de 1918, tal preocupação fica ainda mais evidente quando se consideram as matrículas nos Grupos Escolares da Capital. O critério para organização do quadro de matrícula é a nacionalidade dos alunos. No Grupo Modelo do Braz, do total de alunos matriculados em 1918, 346 eram filhos de brasileiros e 356 eram filhos de estrangeiros. Essa diferença era bem maior em outras escolas, alcançando mais que o dobro. É o caso do 1º Grupo Escolar do Braz, onde os filhos de brasileiros matriculados somavam 302, enquanto os filhos de estrangeiros eram 1.541; no Grupo Escolar da Barra Funda, 556 eram filhos de brasileiros e 1.118, filhos de estrangeiros. Somente em quatro dos trinta grupos os filhos de brasileiros sobrepujavam os filhos de estrangeiros: Arouche, Liberdade, Prudente de Moraes e Caetano de Campos.

Para Souza (1998), essa presença elevada de filhos de imigrantes nos grupos escolares devia-se a duas razões: primeiro, os estrangeiros compunham uma parte relevante da população urbana e, além disso, ocupavam as melhores

colocações no mercado de trabalho. Dentre os filhos de imigrantes estava Botyra Camorim, que se tornaria professora primária em 1928.

#### A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE BOTYRA CAMORIM

Para uma primeira percepção do percurso de Botyra na Escola Normal do Brás e estabelecimentos anexos, elaborei a tabela abaixo:

Tabela 6 – Trajetória Escolar de Botyra Camorim

<b>Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Ano Escolar</b>	<b>Resultado</b>
1917	7 anos	1º Ano Curso Primário	Aprovada
1918	8 anos	2º Ano Curso Primário	Aprovada
1919	9 anos	3º Ano Curso Primário	Eliminada
1920	10 anos	3º Ano Curso Primário	Aprovada
1921	11 anos	4º Ano Curso Primário	Aprovada
1922	12 anos	1º Ano Curso Complementar	Reprovada
1923	13 anos	1º Ano Curso Complementar	Aprovada
1924	14 anos	2º Ano Curso Complementar	Aprovada
1925	15 anos	1º Ano Curso Normal	Aprovada
1926	16 anos	2º Ano Curso Normal	Aprovada
1927	17 anos	3º Ano Curso Normal	Aprovada
1928	18 anos	4º Ano Curso Normal	Aprovada

Fonte: Elaboração da autora.

Além de permitir investigar quem foram os pares de Botyra Camorim — a clientela que frequentava a escola desde o Curso Primário —, o “Livro de matrícula” traz outro dado relevante sobre o itinerário da aluna: a eliminação no 3º ano B, no dia 29 de novembro de 1919. Na organização do livro, a coluna sobre “eliminação” dispõe de espaço para preenchimento da data e das causas, no entanto, somente o primeiro dado é informado. Quanto à eliminação de Botyra, pode-se cogitar a hipótese de ela ter excedido o número de faltas, já que

nesse ano residiu fora do bairro, segundo relata anos depois no livro *Coisas que acontecem*:

Em 1919, enquanto reformavam nossa casa do Brás, moramos em velho sobradão da rua das Flores, na cidade, junto à Praça da Sé. Continuamos a frequentar a Escola Modelo da Normal do Brás e todos os dias tomávamos a condução na Praça da Sé, o bonde Belém. Crianças podiam tranqüilamente subir e saltar de um bonde elétrico, nunca lotado e confiar no condutor se pedissem que parasse no ponto desejado. Era o que fazíamos eu e minha irmã. No Brás descíamos frente à escola. Atravessávamos a Avenida que mesmo sem semáforos ou guardas, havia condutores de veículos cuidadosos com crianças (Camorim, 1986, p. 221).

Apesar da afirmação de que todos os dias pegavam o bonde Belém na praça da Sé para ir à escola, esse trajeto poderia não ser tão frequente, ainda mais quando se considera que sua mãe era professora, trabalhava num Grupo Escolar fora do bairro e, na época, Botyra e a irmã Jurema Camorim eram crianças, com nove e dez anos, respectivamente, sendo pouco provável que diariamente fizessem sozinhas o trajeto. Tanto as narrativas de Botyra quanto o livro de matrícula do Grupo Modelo corroboram com a hipótese.

Minha mãe levantava com o nascer do dia. Era professora e trabalhava num grupo fora do nosso bairro. Tínhamos sempre uma empregada. Tia Nenê que morava próxima de nós, irmã de minha mãe, estava a toda hora em nossa casa, olhando por tudo na ausência de nossa mãe. Em outras ocasiões, comíamos de pensão. E fomos indo pela vida. Meu pai, funcionário público costumava dar conselhos. Dizia ele: O bom funcionário, é o primeiro a chegar, o último a sair (Camorim, 1972, p. 154).

A hipótese da eliminação por número de faltas ganha força quando se observa no livro de matrícula que Jurema, estudante do 4º ano B, também foi eliminada em 28 de novembro de 1919. Por isso, como foi mostrado na Tabela 6, em 1920 a aluna repetiu o 3º ano do Curso Primário; e, no ano seguinte, concluiu essa primeira etapa da sua escolarização, ingressando, após exames, no 1º ano do Curso Complementar, também anexo à Escola Normal do Brás.

Atentando, brevemente, para as condições materiais de frequência escolar de Botyra Camorim, pode-se afirmar que a possibilidade de escolarização pri-

mária e formação da mulher para o magistério primário relacionava-se com a proximidade da residência das alunas em relação à escola. No caso da capital de São Paulo, havia duas escolas normais. A primeira, a Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República, região central da cidade. Esta recebia estudantes do sexo masculino e feminino. A segunda, a Escola Normal do Brás, localizada à cerca de 4,5 Km da primeira, instalada em 1913 e destinada, exclusivamente, ao sexo feminino.

Considerando a distância entre as duas instituições e a abrangência da rede de transporte público (bondes elétricos), é possível supor que apenas as meninas que residissem nas proximidades da região central da escola teriam as condições materiais necessárias para acesso e permanência da escola. O mapa (Figura 3) e a reprovação por falta de Botyra e sua irmã corroboram esse argumento.

## A ESCOLA COMPLEMENTAR

O Curso Complementar foi instalado nas onze escolas normais do Estado de São Paulo pela Lei n. 1.579 de 19 de dezembro de 1917. De acordo com o exposto no Anuário de 1917, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, pode-se constatar um objetivo geral e objetivos específicos para a anexação do Curso Complementar às Escolas Normais. De forma mais ampla, a reforma visava oferecer uma organização pedagógica mais promissora e um aparelho escolar mais harmônico, graduado e completo.

Portanto, “a criança paulista, que inicia a aprendizagem na escola primária, sem outra formalidade além do preparo quotidiano, irá galgando, imperceptivelmente, os graus superiores dessa escola, depois os da complementar, e, em seguida, os da Normal” (Anuário de 1917, p. 342).

De forma mais específica, o Curso Complementar destinava-se a completar o ensino primário e preparar candidatos à matrícula do 1º ano do Curso Normal, conforme artigo 6º da referida lei. Para ser admitido no Complementar, o aluno deveria concluir o curso das escolas-modelo e dos grupos-modelo. O restante das vagas poderia ser ocupado pelos “mais distintos alumnos de outros Grupos Escolares” na ordem das médias alcançadas e na proporção de metade dos lugares disponíveis.

Outra possibilidade para preenchimento de vaga eram os exames de ad-

missão, devendo o candidato ser examinado nas matérias do Curso Preliminar dos Grupos, segundo os programas adotados nos mesmos.

Para Oscar Thompson,

com a criação desse curso, cada Escola Normal ficou dotada de todos os graus de ensino, de maneira tal que o aluno, entrando analfabeto para o Grupo Escolar, fará, sem solução de continuidade, todo o seu curso até diplomar-se. Por sua vez, o professorado, na prática de ensino, terá oportunidade de observar e praticar métodos e processos de ensino, em todas aquelas escolas, preparando-se assim melhor para a vida prática (Anuário, 1918, p. 283).

Logo, a anexação do Curso Complementar às Escolas Normais no ano de 1917 pode ser compreendida no bojo das medidas tomadas para aperfeiçoar a formação para o magistério primário. Nos anos anteriores ao Normal, o aluno e a aluna teriam um tempo maior de preparação e estudo. Ao ingressar no Normal, o Curso Complementar seria mais um espaço para observação e prática de métodos e processos de ensino. Esse elemento marcava a diferença em relação ao Complementar de 1911, que foi transformado em Escola Normal Primária e, portanto, tornou-se o maior responsável pela formação para o magistério primário (Souza, 1998, p. 44), principalmente porque “as Escolas Complementares implicavam custos menores que as Escolas Normais” (Souza, 1998, p. 66).

Se nos aspectos mencionados acima, o Complementar de 1917 era diferente daquele de 1911, o mesmo curso, a partir da Reforma de 1920, também incorporou outras modificações. Vale destacar pelo menos duas: a ampliação da duração para três anos; e a instituição de exames para ingresso até para as alunas procedentes dos Grupos Modelos anexos à Escola Normal.

Como mencionei, de acordo com a Lei n. 1.579 de 1917, os melhores alunos dos Grupos Modelos anexos às Escolas Normais seriam admitidos, “sem solução de continuidade”, ao 1º ano do Complementar, na ordem das médias alcançadas e na proporção de metade dos lugares disponíveis. A partir de 1920, até os alunos dos Grupos-Modelo deveriam submeter-se à exames.

Por meio do Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921, a distinção entre os melhores alunos do Grupo Modelo passou a ser feita não somente pela média obtida no último ano do Curso Primário, mas também por prova escrita da língua vernácula, aritmética, geografia e história, feitas de acordo com o programa dos dois últimos anos do Curso Médio. A propósito das nomenclaturas,

é importante esclarecer que o Decreto também alterou a organização do Curso Primário, reduzido a dois anos, após os quais seguia-se o Curso Médio, também com dois anos de duração. No *Livro de Notas dos concursos para preenchimento de metade das vagas existentes na E. Complementar* consta o concurso realizado em 1921, do qual Botyra e outras 57 alunas que concluíram o 2º ano do Curso Médio participaram.

Entre o Curso Primário e o Normal, essa etapa da escolarização parece ter sido objeto de muitas disputas, tendo em vista as funções diversas a ela atribuídas. Em 1911, funcionavam como escolas normais de baixa categoria; em 1917 adquirem o estatuto de completar o primário com dois anos de duração. E, em 1920, com três anos de duração, visava ser uma preparação anterior ao Curso Normal. Novamente em 1925 retorna aos dois anos de duração porque, na opinião do Diretor Geral da Instrução Pública, Pedro Voss, as Escolas Complementares

São estabelecimentos de ensino primário; destinam-se a completar os primeiros conhecimentos para o início do curso secundário. Dois anos de estudo são necessários para esse desideratum. Basta apenas que os professores de taes escolas sejam convenientemente seleccionados, para que se obtenha um corpo uniforme, capaz de **completar** o ensino das matérias ministradas no 4º ano dos grupos, accrescidas da lingua franceza (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 203, grifo nosso).

O *Livro de Registro de Notas de Exames de Sufficiencia* é exemplar de como eram organizados os exames para ingresso na Escola Normal do Brás. Nele há o registro do exame realizado em 1913, mas somente a partir de 1917 os exames são descritos minuciosamente. De 1917 a 1919 são especificadas a banca examinadora, as disciplinas sobre as quais versava o exame (Português, Aritmética, Geografia, História, Desenho) e as notas das alunas nos exames orais e escritos de todas as áreas, com exceção de Desenho. Ainda havia a indicação do desempenho das candidatas — elas poderiam ser aprovadas (simplesmente, plenamente ou com distinção) ou reprovadas. Havia ainda o caso de algumas que não compareciam à prova e outras desistiam.

De 1921 a 1923 (pois em 1920 não consta registro de exame), outras disciplinas passam a ser exigidas, como: Francês, Latim, Trabalhos Manuais, Música, Álgebra, Geometria, Ciências Físicas e Naturais.

Já em 1924, as notas das candidatas não são registradas na ata e as disciplinas são distribuídas em forma de texto, e não mais de quadro, com a discriminação dos dias em que as provas ocorreriam.

A tabela abaixo mostra o número de alunas inscritas para participar dos exames, a partir de 1917.

Tabela 7 – Exames de suficiência para ingresso na Escola Normal do Brás

Ano	Aprovação	Desistência	Não compareceram	Reprovação	Total
1917	92	1	12	70	175
1918	111	1	10	40	162
1919	183	4	9	30	226
1921	6	–	–	5	11
1922	12	–	–	9	21
1923	19	–	–	12	31
1924	37	3	37 (eliminadas)	5	82
1925	52	1	1	1	55

Fonte: Elaboração da autora.

O grande número de alunas que se inscreviam nos exames pode indicar que, ao contrário do que as autoridades escolares pretendiam, não era tão natural a passagem do Curso Primário ao Complementar. Além disso, dos cerca de trinta Grupos Escolares da capital paulista, somente dois eram anexos à Escola Normal — o Grupo Modelo do Brás e a Escola Modelo da Caetano de Campos. Logo, somente as alunas e os alunos que frequentassem essas duas últimas teriam maiores chances de prosseguir para o Complementar e depois para o Normal. Os demais deveriam concorrer às vagas restantes.

Considerando que as provas orais e escritas versavam sobre as matérias do Curso Complementar, o recurso das candidatas era decorar conteúdos de diferentes áreas. No primeiro ano do Complementar as cadeiras que compunham o currículo em 1917 eram oito: Língua Vernácula e Caligrafia; Aritmética e Logicidade; Geografia do Brasil; Ciências Físicas e Naturais; Música; Desenho; Ginástica e Trabalhos Manuais. No segundo ano, somavam-se mais duas — Francês e Latim, sendo que na 4ª Cadeira acrescentava-se também Álgebra e, na 5ª Cadeira, a Geografia do Brasil passava a Geografia Geral.

A seguir, o boletim escolar de Botyra Camorim, constante no *Livro de Matrícula do Curso Complementar*, permite identificar as disciplinas que compunham o currículo, normatizado pela Lei n. 1750, de 8 de dezembro de 1920 e regulamentado pelo Decreto n. 3.356 de 31 de maio de 1921. O primeiro boletim é do ano de 1922, quando cursava o 1º ano. Sendo reprovada, repete-o em 1923; e, em 1924 cursa o 2º ano do Curso Complementar.

Figura 4 – Boletim escolar 1922 – 1º ano A do Curso Complementar

MATERIAS	1.ª Sem.		2.ª Sem.		Soma	Média	Sufici- encia	Pontos	OBSERVAÇÕES
	aplicado	fasas	aplicado	fasas					
1 Língua Vern. e Calliph.	6	5	7	8	26	6,50	9	38,50	Reprovada
2 Arithmetica e Logicidade	6	5	6	6	33	5,75	8	46,00	
3 Geographia do Brasil	7	4	8	8	27	6,75	7	49,5	
4 Sciencias Phys. e Naturaes	9	6	8	6	29	7,25	7	50,75	
5 Musica	5	6	7	6	24	6,00	5	30,00	
6 Desenho	4	6	6	8	24	6,00	5	30,00	
7 Gymnastica	8	8	8	9	33	8,25	5	41,25	
8 Trabalhos manuaes	6	2	6	10	24	6,00	4	24,00	
Total								326,75	

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Complementar da Escola Normal do Brás.

Figura 5 – Boletim escolar 1923 – 1º ano A do Curso Complementar

MATERIAS	1.ª Sem.		2.ª Sem.		Soma	Média	Sufici- encia	Pontos	OBSERVAÇÕES
	aplicado	fasas	aplicado	fasas					
1 Língua Vern. e Calliph.	9	10	10	7	36	9,00	9	81,00	
2 Arithmetica e Logicidade	7	5	8	8	28	7,00	8	56,00	
3 Geographia do Brasil	7	8	7	8	30	7,50	7	52,50	
4 Sciencias Phys. e Naturaes	9	8	8	4	29	7,25	7	50,75	
5 Musica	7	10	7	8	32	8,00	5	40,00	
6 Desenho	5	6	6	6	23	5,75	5	28,75	
7 Gymnastica	7	8	8	10	33	8,25	5	41,25	
8 Trabalhos manuaes	5	7	6	6	24	6,00	4	24,00	
Total								374,25	

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Complementar da Escola Normal do Brás.

Figura 6 – Boletim escolar 1924 – 2º ano A do Curso Complementar

N.º 11 na 2.ª turma B Nome Botyra Camorim  
Residência São Paulo a 3 de Março 1924 Filha de  
Seliú Camorim Profissão do pai Escrivão

MATERIAS	1.º Sem.		2.º Sem.		Somma	Média	Coeficiente	Pontos	OBSERVAÇÕES
	aplicada	luzas	aplicada	luzas					
1 Língua Vern. e Calliph.	7	8	8	8	31	7,75	8	62,00	
2 Latim	4	5	7	10	26	6,50	6	39,00	
3 Francez	5	6	9	6	26	6,50	6	39,00	
4 Arith, Algebra e Logicidade	7	7	8	6	28	7,00	8	56,00	
5 Geographia geral	6	6	8	6	24	6,00	6	30,00	
6 Sciencia Phys. e Naturaes	8	8	6	7	29	7,25	5	36,25	
7 Musica	7	7	7	10	31	7,75	3	21,25	
8 Desenho	5	7	7	8	27	6,75	3	20,25	
9 Gymnastica	9	10	9	10	38	9,50	3	28,50	
10 Trabalhos manuaes	4	9	6	4	23	5,75	3	17,25	
Total								351,00	

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Complementar da Escola Normal do Brás.

As fotos dos três boletins escolares permitem não somente visualizar as disciplinas cursadas e o período em que Botyra frequentou essa etapa da sua escolarização, mas também como estava organizado o sistema de promoção dos alunos, que aspectos levava em consideração, quais elementos tinham mais peso para decidir a aprovação ou reprovação dos alunos. Além disso, permite também problematizar como os sujeitos vão respondendo aos desafios da escolarização regular.

Segundo os artigos 196 e 197 do Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921, as Escolas Complementares são cursos anexos às Escolas Normais com o fim de preparar alunos que já fizeram o Curso Médio, para, “sem solução de continuidade”, prosseguirem os seus estudos nas escolas normais ou nos ginásios.

Quanto ao programa do Curso Complementar, o referido Decreto divide-o em cinco “Cadeiras” (1ª – Língua Vernácula; 2ª – Francês e Latim; 3ª – Geografia e História; 4ª – Matemática e Logicidade; 5ª – Ciências Físicas) e quatro “Aulas” (1ª – Música; 2ª – Desenho; 3ª – Trabalhos Manuais; 4ª – Ginástica).

O aluno que fosse reprovado em cada cadeira ou aula, mesmo que obtivesse a pontuação mínima para aprovação (300 pontos), repetiria o ano. O artigo 220 estabelecia que a promoção seria feita pelo sistema de coeficientes, nos termos adotado para a Escola Normal. Nesse aspecto, os boletins de Botyra ajudam a entender em que consistia o sistema dos coeficientes.

Observando os boletins, pode-se destacar, em primeiro lugar, as mudan-

ças no número de matérias: de oito no 1º ano para 10, no 2º ano. Também nas colunas “Coeficiente”, os valores diferem de um ano para outro.

Em cada matéria, vê-se que a aluna recebeu duas notas: uma de aplicação e outra de exame. O artigo 285 do Decreto n. 3.356 prescrevia que, ao longo do ano, o aluno teria em cada matéria duas notas de aplicação, de zero a doze, dadas pelo professor da cadeira, na segunda quinzena de maio e na primeira de novembro, em vista da frequência, de chamadas orais, e exercícios escritos, que deveriam ser feitos com assiduidade. Da mesma forma, em cada matéria o aluno deveria ter duas notas de exames correspondentes ao ensino no semestre, sendo as questões, ou testes, organizadas pelo diretor, e tiradas à sorte em classe.

Somadas essas quatro notas e dividida a soma por quarto, obter-se-ia a média anual de aplicação e exame para cada matéria. Cada média deveria ser multiplicada pelo coeficiente respectivo da matéria, como consta no quadro abaixo:

Tabela 8 – Coeficientes das matérias do Curso Complementar

Matérias	1º ano	2º ano	3º ano
Língua Vernácula	9	8	9
Francês	-	6	6
Latim	-	6	6
Geografia	7	5	-
História	-	-	7
Matemática e Logicidade	8	8	8
Ciências Físicas	7	5	-
Música	5	3	4
Desenho	5	3	3
Trabalhos manuais	4	3	3
Ginástica	5	3	4

Fonte: Elaboração da autora.

A soma desses produtos é a nota anual. Em 1922, a nota anual de Botyra foi 325,75; em 1923, 374,25; e, em 1924, foi 351 pontos. Se a promoção do aluno se dava quando ele conseguisse 300 pontos ou mais, por que Botyra foi reprovada somente em 1922?

Além da pontuação mínima, um segundo critério é que nenhuma média

de exames, de nenhuma cadeira, poderia ser inferior a 6. Se isso ocorresse, o aluno deveria ser reprovado. Nos três anos, Botyra obteve médias inferiores a 6. Em 1922, sua média em Arithmetica e Logicidade foi 5,75; em 1923, obteve 5,75 em Desenho; e, em 1924, 5,75 em Trabalhos Manuais. Logo, ela foi reprovada somente em 1922 porque a nota inferior a 6 foi em uma Cadeira (Arithmetica e Logicidade), e não em uma Aula. Nesse ponto, emerge a diferenciação e o lugar conferido às diferentes matérias que compunham o programa. Os valores atribuídos a cada matéria terminam por sinalizar a importância que se atribuía a cada área do conhecimento na formação das alunas, visto que para obter o número mínimo de pontos para aprovação era fundamental ter notas mais altas nas matérias cujos coeficientes fossem também mais altos.

Assim, a diferenciação se evidencia não só porque a insuficiência de pontos nas cadeiras levaria à reprovação, mas também porque os critérios de promoção exigiam dos alunos uma maior dedicação em certas áreas do conhecimento. Os alunos, estudando sob esse regime, deveriam envidar esforços para obter boas médias, sobretudo em Língua Vernácula, Aritmética, Geografia, História, Ciências Naturais, Latim e Francês. Nos três anos do Curso essas matérias também eram distribuídas em maior número de aulas semanais, o que corrobora o argumento apresentado acima.

Por fim, observando as matérias que constam no boletim escolar, vê-se que o programa estabelecido em 1920 é mais sucinto e enxuto do que o programa de 1917. No entanto, era mais extenso, com três anos de duração, pois se constituía em preparação anterior ao Curso Normal, reduzido a quatro anos de duração.

A necessidade de apresentar o programa do Curso Complementar tal como foi estruturado em 1917, apesar de Botyra ter estudado em período posterior, justifica-se porque, ao separar os estudos gerais dos de formação profissional, foram criadas as condições para as alterações na organização da instrução pública, que se dariam pouco tempo depois, como a elevação da formação nas escolas normais, pelo padrão das escolas normais secundárias, através da Lei n. 1750, de 8 de dezembro de 1920 (Tanuri, 1979).

Além disso, o programa, cujos conteúdos poderiam ser redutíveis aos exames de suficiência, sinaliza os conhecimentos que se julgavam necessários para o ingresso no Curso Normal. A partir dessa reflexão, dois movimentos podem ser observados: se, de um lado, o Curso Complementar, do modo como foi

organizado em 1917, pretendia elevar o nível do ensino normal, pois se caracterizava como “preparo geral anterior” (Tanuri, 1979, p. 158); de outro, não deixava de evidenciar a desarticulação ainda presente no sistema de ensino, visto que, a despeito da unificação de todos os estabelecimentos de ensino, “a realização do Curso Complementar não era requisito indispensável para o ingresso nas escolas normais” (Tanuri, 1979, p. 160). De outra sorte, os estudos anteriores podiam ser “perfeitamente redutíveis a exames substitutivos da escolarização regular” (Tanuri, 1979, p. 160).

Os exames também eram instrumentos usados para resolver impasses causados pelas alterações legais na organização do ensino, como se pode observar na entrevista da ex-aluna Odessa Di Lolla. Segundo ela, “em princípio de 1925 a Escola passou por uma reforma e, então, passou o curso a ser de 2 complementares e 5 normais. Houve, então, na metade do ano, exames para as alunas dos 3<sup>os</sup> anos, servindo os mesmos de promoção para o 1<sup>o</sup> ano da normal”<sup>1</sup>.

O depoimento da ex-aluna, colega de Botyra, pode explicar o seguinte problema: se o Curso Complementar, a partir de 1920, tinha três anos de duração, por que no quadro da trajetória escolar de Botyra e nos boletins da página anterior constam somente o 1<sup>o</sup> e o 2<sup>o</sup> anos? Se ela ingressou no Complementar em 1922 e foi reprovada no mesmo ano, então, deveria concluí-lo somente em 1925. Porém, nesse ano, a Lei n. 2.095 de 24 de dezembro de 1925, que aprovou o Decreto n. 3.858 de 11 de junho de 1925, impôs outra organização para a escola paulista, ou seja, o Complementar foi reduzido a dois e o normal elevado a cinco anos de duração. Daí a necessidade de regularizar a situação das alunas, o que foi feito por meio de exames.

Diante disso, percebe-se, nas próprias descontinuidades da trajetória de Botyra, os caminhos percorridos pelo ensino público paulista em direção à sua organização e implantação de uma escolarização contínua e regular. De outro lado, os modos possíveis dos sujeitos se inserirem e se moverem no sistema educacional daquele período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrastando com abordagens mais estruturalistas que ignoram o papel ativo dos sujeitos, Thompson (1981) se volta para a ação e a experiência vivida pelos sujeitos para análise da realidade histórico-social. A experiência de Bo-

tyra Camorim como uma criança e uma jovem que se forma em uma realidade urbana em crescente expansão contrasta com a experiência de Botyra como adulta e professora, que passará grande parte da sua carreira atuando em escolas rurais e isoladas do interior do Estado de São Paulo.

Neste trabalho, dois elementos da experiência de Botyra Camorim chamam a atenção. O primeiro tem a ver com a trajetória interna à escola. Como aluna, Botyra teve reprovação por frequência e por notas. Tal elemento indica que não se pode fazer uma relação direta e contínua entre a trajetória dos alunos com sucesso escolar, que gostam de ler e estudar, e a docência. A formação escolar e profissional dos sujeitos está atravessada por continuidade e descon continuidades e a trajetória de Botyra coloca em evidência esse ponto.

O segundo elemento tem a ver com a trajetória após a formação escolar. Ao narrar em suas autobiografias e livros de memória as representações que possuía sobre as comunidades rurais, bem como as representações da comunidade sobre a professora da cidade, Botyra indicia tensões entre a comunidade rural e a professora, advinda da realidade urbana. Essas tensões relacionavam-se ao aspecto da pele da professora, sua magreza, a alimentação da população, os “remédios” e crendices da população rural, dentre outras.

As tensões apontam, também, para o impacto das experiências de formação inicial — do bairro e da vida, da alimentação e da moradia urbanas — na percepção da carreira docente e das populações nas zonas rurais. Como mencionado, no período de formação escolar de Botyra, a cidade de São Paulo contava com duas escolas normais oficiais. A Escola Normal de São Paulo, também conhecida como Escola Normal da Praça, e a Escola Normal do Brás. A destinação desta última instituição à formação exclusiva de professoras ampliava as chances de escolarização das meninas e mulheres. O Brás, bairro operário, ocupado predominantemente por imigrantes italianos, era o local da residência de Botyra e sua família. Depois da formatura, ela dirige-se às escolas rurais nas quais atuou grande parte da sua carreira.

A pergunta que animou a investigação relaciona-se com a formação de alunas que se tornam professoras primárias. A partir disso, a hipótese foi a de que perseguir uma trajetória individual permite perceber elementos importantes da formação discente que iluminam o exercício da profissão docente e a relação da professora com seus alunos e com a comunidade escolar.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a investigação desenvolveu-se na

perspectiva da micro-história. Conforme indaga Davis (1990), “em que medida e de que modo a experiência social de pessoas ‘comuns’ é relevante para compreensão do processo histórico?” (Davis, 1990, p. XI). Essa experiência individual interessa também quando se considera Botyra como sujeito da educação, ao mesmo tempo singular e comum. Nesse sentido, não é o sujeito (Botyra) o centro da discussão, mas como ele foi se produzindo e sendo produzido nos jogos das instâncias, num campo de possibilidades: sejam as possibilidades de escolarização da mulher ou as possibilidades de formação para o magistério.

Como muitas professoras do período, Botyra estudou em Escola Modelo, em ambientes urbanos e, depois de formada, atuou em escolas rurais e do interior com parca infraestrutura. Não foi possível abordar, nos limites deste trabalho, os conflitos culturais entre a professora proveniente da zona urbana e a comunidade escolar da zona rural. No emaranhado das relações entre os fios de uma experiência particular e as meadas nas quais ela se inscreve, emergem os possíveis para se tecer a própria história, para percorrer os diversos graus da trajetória escolar, para ser aluna, para ser professora.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES et al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CATANI, Denice et al. *Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras.
- DAVIS, Natalie Z. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Tradução Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreiera Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. et al. *Profissão Professor*. 2. ed. Porto Editora, 1992.
- JOSSO, M. C. *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Educa, 2002.
- LISBOA, Luiz Horta. Uma vida no magistério. *Revista do Professor*. Ano XX, n. 68; jun./jul. 1962.
- LUGLI, Rosário. S. G; VICENTINI, P. P. *História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- MERCATO, Ruth. *Los saberes docentes como construcción social*. La enseñanza centrada en los niños. Fondo de Cultura Económica. México, 2002.
- NÓVOA, A. et al. *Profissão Professor*. 2. ed. Porto Editora, 1992.
- NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, 4, p. 109-139, 1991.
- NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.
- REVEL, J. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- TANURI, Leonor. *O ensino normal no estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo, Faculdade de Educação – USP. Estudos e Documentos, vol. 16, 1979.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VIDAL, Diana. Experiências de Docência e Formação. In: SOUZA, E; ABRAHÃO, M. H. (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPURS, p. 335-346, 2006a.
- VIDAL, Diana (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1983-1971)*. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2006b.

## FONTES

### Literárias

- CAMORIM, Botyra. *Uma vida no magistério*. São Paulo: Saraiva, 1962.
- CAMORIM, Botyra. *Coisas que acontecem*. São Paulo: Oficinas da Sociedade Impresora Pannartz Ltda, 1986.
- CAMORIM, Botyra. *O Romance da Sra. Gatti*. Mogi das Cruzes, 1972.

### Documentos oficiais

- SÃO PAULO (Estado). Lei n. 169 de 7 de agosto de 1893. Addita diversas disposições á lei n. 88, de 8 de setembro de 1892. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipographia do Diário Oficial. Tomo III, p. 31-38.
- SÃO PAULO (Estado). Lei n. 1.579 de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tomo XXVI, p. 44-51.
- SÃO PAULO (Estado). Lei n. 1.750 de 8 de dezembro de 1920. Reforma a Instrução

Pública do Estado. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial. Tomo XXX, p. 50-63.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 3.356 de 31 de maio de 1921. Regulamenta a Lei n. 1.750 de 8 de dezembro de 1920, que reforma a Instrução Pública. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tomo XXXI, p. 54-133.

Anuários do Ensino do Estado de São Paulo: 1907-1908; 1913; 1917; 1918; 1926.

### **Documentos escolares**

Livro de Comemoração do Jubileu da Escola Normal Padre Anchieta.

Livro de Matrícula do Grupo Modelo Anexo à Escola Normal do Brás de 1919.

Livro de Exames de Suficiência da Escola Complementar anexa à Escola Normal do Brás.

Livro de Matrícula da Escola Complementar anexa à Escola Normal do Brás.

Livro de Notas dos concursos para preenchimento de metade das vagas existentes na E. Complementar.

### NOTA

<sup>1</sup> Livro de Comemoração do Jubileu da Escola Normal Padre Anchieta.

